



Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN apresenta as Demonstrações Financeiras, os Pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e o Relatório da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012		2011		Passivo	Nota	2012		2011	
					Reclassificado						Reclassificado
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalente de caixa.....	4	28.812	32.107			Fornecedores	13	39.109	37.299		
Créditos e contas a receber de usuários.....	5	85.135	76.757			Empréstimos e financiamentos	14	27.213	20.372		
Estoques de Materiais		3.043	3.279			Juros sobre capital próprio	22	43.774	18.987		
Adiantamento a empregados		4.540	3.706			Participação de empregados	22	8.346	7.940		
Impostos a recuperar.....	6	9.865	7.849			Contribuições para FAECES	18	5.827	4.606		
Outros créditos a receber	7	10.670	2.282			Impostos e contribuições a recolher.....	15	8.485	18.946		
Total do ativo circulante		142.065	125.980			Provisão para férias e encargos.....		16.985	14.235		
						Provisão para contingências	16	6.677	1.199		
Não circulante						Outras contas a pagar		3.217	2.449		
Créditos e contas a receber de usuários.....	5	3.673	4.775			Total do passivo circulante		159.633	126.033		
Depósitos judiciais.....	16	32.631	26.445			Não circulante					
Impostos a recuperar.....	6		187			Empréstimos e financiamentos	14	226.536	203.522		
Aplicações financeiras - Em garantia	9	7.443	8.263			Impostos e contribuições a pagar.....	17	1.499	46.702		
Contratos de concessões indenizáveis	12	58.994	66.126			Impostos diferidos	8	42.623	42.583		
Investimentos		95	95			Provisão para contingências	16	44.027	33.914		
Imobilizado	10	34.334	36.645			Contribuições para FAECES	18	20.877	26.864		
Intangível	11	1.835.560	1.689.109			Créditos de acionistas	19	281.330	260.785		
Total do ativo não circulante		1.972.730	1.831.645			Subvenções para investimento		14.061	3.596		
						Outras contas a pagar		163	50		
Total do Ativo		2.114.795	1.957.625			Total do passivo não circulante		631.116	618.016		
						Patrimônio líquido	22				
						Capital social		1.123.874	1.027.087		
						Reserva de lucros.....		79.126	61.229		
						Reserva de reavaliação		121.046	125.260		
						Total do patrimônio líquido		1.324.046	1.213.576		
						Total do passivo		790.749	744.049		
						Total do passivo e patrimônio líquido		2.114.795	1.957.625		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	23	494.625	441.472	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		95.238	61.570
Custos dos serviços de abastecimento de água		(139.127)	(125.739)	Resultado financeiro.....	24	(2.483)	(18.332)
Custos dos serviços de esgoto.....		(62.897)	(54.918)	Resultado antes dos impostos		92.755	43.238
Custos administrativos dos serv. de água e esgoto ..		(48.764)	(42.009)	Imposto de renda.....	28	(12.027)	(7.018)
Custo dos serviços prestados		(250.788)	(222.666)	Contribuição social	28	(4.460)	(3.810)
Lucro bruto		243.837	218.806			(16.487)	(10.828)
Despesas comerciais	25	(59.174)	(51.914)	Resultado do exercício.....		76.268	32.410
Despesas administrativas.....	26	(114.897)	(95.980)				
Participação dos empregados.....		(8.346)	(7.940)				
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas....	27	33.818	(1.402)				
		(148.599)	(157.236)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado do exercício	76.268	32.410
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	76.268	32.410

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Investimentos	Legal			
Saldo em 01 de Janeiro de 2011	848.280	63.851	11.957	129.902	-	1.053.990
Aumento de capital social.....	146.176					146.176
Absorção da reserva de investimentos.....	32.631	(32.631)				
Lucro do exercício.....					32.410	32.410
Realização da reserva de reavaliação.....				(4.642)	4.642	
Destinação do lucro						
Constituição da reserva legal.....			1.620		(1.620)	
Constituição da reserva de investimento.....		16.432			(16.432)	
Juros sobre capital próprio.....					(19.000)	(19.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.027.087	47.652	13.577	125.260	-	1.213.576
Saldo 01 de Janeiro de 2012	1.027.087	47.652	13.577	125.260	-	1.213.576
Aumento de capital social.....	78.002					78.002
Absorção da reserva de investimentos.....	18.785	(18.785)				
Lucro do exercício.....					76.268	76.268
Realização da reserva de reavaliação.....				(4.214)	4.214	
Destinação do lucro						
Constituição da reserva legal.....			3.813		(3.813)	
Constituição da reserva de investimento.....		32.869			(32.869)	
Juros sobre capital próprio.....					(43.800)	(43.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.123.874	61.736	17.390	121.046	-	1.324.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais)

	2012	2011		2012	2011
Resultado do exercício	76.268	32.410	Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ajustes do resultado do exercício			Aquisição de ativo intangível.....	(205.261)	(191.167)
Depreciação e amortização.....	72.770	60.213	Contratos de Concessões Indenizáveis.....	7.132	(25.722)
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos	991	1.088	Recebimento de venda do imobilizado.....	208	469
Lucro na Alienação de imobilizado.....	2.430	154	Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(197.921)	(216.420)
Provisão Contingência.....	15.591	4.789	Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Participação dos empregados.....	8.346	7.940	Obtenção empréstimo bancário.....	28.864	32.511
Receita de Construção.....	(4.964)	(1.451)	Juros sobre Capital Próprio.....	(19.013)	(155)
Outras Receitas não monetárias.....	(9.323)	(1.104)	Participação de empregados.....	(7.940)	(4.283)
	85.841	71.629	Crédito de acionistas.....	20.545	(15.364)
Redução (aumento) nos ativos:			Aumento Subvenções para investimentos.....	(461)	714
Contas a Receber de Clientes.....	(7.276)	(3.602)	Aplicação financeira em garantia.....	820	(776)
Estoque de material.....	236	123	Aumento de patrimônio líquido.....	78.002	115.444
Despesas antecipadas.....	(834)	(469)	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	100.817	128.091
Impostos a recuperar.....	(1.829)	(1.827)	Aumento (redução) no caixa e equivalentes.....	(3.295)	1.296
Outros.....	(14.574)	(9.823)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	32.107	30.811
	(24.277)	(15.598)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	28.812	32.107
Aumento (redução) nos passivos:			Aumento (redução) no caixa e equivalentes.....	(3.295)	1.296
Fornecedores.....	1.810	(3.379)			
Salários, férias e encargos sociais.....	2.750	4.362			
Impostos e contribuições.....	(55.664)	6.273			
Contribuições à FAECES.....	(4.766)	(5.373)			
Subvenção Governo do Estado.....	10.926	-			
Outros.....	921	(699)			
	(44.023)	1.184			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.541	57.215			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(Em milhares de reais)

	2012	2011		2012	2011
Geração do valor adicionado			Valor adicionado recebido em transferência		
Receita Líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto...	494.625	441.472	Dividendos de investimentos avaliados ao custo.....	34	17
PIS/COFINS	27.632	25.536	Receitas financeiras e variações monetárias ativas.....	19.291	10.357
Receita Bruta dos serv. de abastecimento de água e esgoto	522.257	467.008	Aluguéis.....	108	119
Outras receitas	7.448	3.861		19.433	10.493
Provisões diversas	28.038	(8.809)	Valor adicionado total a distribuir.....	309.892	243.796
Resultados não operacionais	(2.518)	(634)	Distribuição do valor adicionado		
	555.225	461.426	Empregados		
Geração do valor adicionado			Salários e encargos.....	118.970	106.335
Materiais consumidos.....	(16.525)	(15.469)	Participação dos empregados nos lucros.....	8.346	7.940
Serviços consumidos e outros custos	(122.517)	(109.630)	Planos de aposentadoria e pensão.....	3.674	3.151
Energia e outras despesas operacionais	(52.954)	(42.811)	Assistência médica e odontológica	6.453	5.240
	(191.996)	(167.910)		137.443	122.667
Retenções			Governo.....	48.097	45.992
Depreciação e amortização.....	(72.770)	(60.213)	Financiadores.....	48.793	42.726
	(72.770)	(60.213)	Acionistas	43.800	19.000
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	290.459	233.303	Lucros retidos.....	32.468	13.411
				310.601	243.796

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN, com sede na cidade de Vitória – ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282 de 8 de fevereiro de 1967, alterada pela Lei nº 2.295 de 13 de julho de 1967 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809 de 20 de setembro de 1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, buscando a satisfação da sociedade, dos clientes, acionistas e colaboradores.

A Companhia atua na captação, tratamento e distribuição de água, e na coleta e tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado e de contratos de concessão com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

Com aprovação da Lei 9.772, em dezembro de 2011, pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, a CESAN foi autorizada a atuar também no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de Dezembro de 2012, a Companhia atuava em 52 municípios de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 822.100 economias em abastecimento de água (797.825 em 2011) e 306.004 economias em esgotamento sanitário (276.525 em 2011), totalizando 1.128.104 economias (1.074.350 no exercício de 2011). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias 2012	Nº de Economias 2011	Nº de Economias 2012	Nº de Economias 2011	
Vila Velha.....	161.803	157.910	43.526	33.554	7/3/2055
Serra.....	146.501	139.258	66.904	61.807	7/3/2055
Vitória.....	139.793	136.190	84.860	79.843	7/3/2055
Cariacica.....	112.887	110.623	28.479	22.284	7/3/2055
Guarapari.....	58.949	57.173	27.115	25.911	7/3/2055
Viana.....	17.542	17.361	6.525	6.468	7/3/2055
Piúma.....	11.940	11.714	6.521	6.508	10/10/2022
Nova Venécia.....	11.509	10.913	0	0	20/7/2039
Castelo.....	10.109	9.789	8.435	8.150	18/7/2022
Barra de São Francisco.....	10.035	9.781	2.703	2.445	3/7/2022

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em convergência com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de janeiro de 2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na Nota 16 – Provisão para Contingências e depósitos judiciais.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro rata temporis* até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os valores contábeis de aplicações financeiras e contas a receber constantes no balanço patrimonial, quando comparados aos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação com terceiros ou, na ausência destes, quando comparados com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Na posição de 31/12/2012 não existem contratos de operações com derivativos.

Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos Financeiros

(i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos a receber, contratos de concessão indenizáveis, e créditos de acionistas.

Ativos Financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos da dívida até o vencimento, então tais ativos são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os ativos mantidos até o vencimento pela companhia compreendem aplicações financeiras em garantia pelos empréstimos e financiamentos contraídos juntos ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Passivos financeiros

(i) Classificação

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures e outras contas a pagar.

Na posição de 31 de dezembro de 2012 não existem contratos de operações com instrumentos financeiros derivativos.

Passivo Financeiro ao Custo Amortizado

A entidade deve divulgar os valores contábeis de passivos financeiros avaliados pelo custo no balanço patrimonial ou nas notas explicativas. Nesta tabela, ativos e passivos contabilizados pelo custo amortizado foram apresentados separadamente daqueles contabilizados pelo valor justo, para cumprir com as exigências de divulgação do IFRS 7/CPC 40(R1). Diferentes métodos de apresentação são possíveis, dependendo das circunstâncias, e a informação que é fornecida internamente para o pessoal-chave da Administração deveria ser considerada para fins de determinação das classes de instrumentos financeiros.

c) Contas a receber

(i) De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisões para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente a Companhia constitui uma provisão dos títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$ 5 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Despesas comerciais".

Provisão Complementar

A Administração constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(ii) Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

e) Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a projetos são classificados no ativo intangível.

f) Ativos Intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPD 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme item "n" desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O Intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

g) Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

Classes de Ativos	%
Edificações e Estruturas.....	4
Móveis e utensílios.....	10
Veículos e equipamentos de transporte.....	20
Máquinas e equipamentos.....	10
Equipamentos - Laboratório.....	10
Computadores e periféricos.....	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

h) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e impostos de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o

valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

i) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta dias).

j) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade da Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto corrente que reflete, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

l) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

(i) Imposto de renda corrente

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

(ii) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseada nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

(iii) Impostos sobre a venda

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP – Programa de Integração Social	1,65
COFINS – Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

A Companhia não é classificada como contribuinte do ICMS conforme Parecer Consultivo nº 80/1985/SEFAZ-ES, ratificado pelo Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m) Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

(i) Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento

de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(ii) Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

(iii) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados na rubrica participação de empregados, no passivo circulante, e participação dos empregados, no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

n) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Estas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia recebe repasses a fundo perdido sob contra-ordem de investimentos nos sistemas de água e esgoto em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da depreciação.

A Companhia recebe ainda recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31/12/2014, conforme Decreto Estadual nº 2.826-R de 11/08/2011, condicionado o benefício a que:

O valor correspondente à isenção do imposto seja aplicado nos seguintes projetos:

- (i) Projeto de adesão aos sistemas de esgotamento sanitário operados pela CESAN, na busca da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, em consonância com o Plano de Governo 2011-2014, Eixo Estratégico Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana;
- (ii) Projeto de utilização de energias renováveis, contemplando o custeio das despesas relacionadas a pesquisas, levantamentos; e
- (iii) Projeto de uso racional da água, contemplando o custeio das despesas relacionadas a pesquisas, levantamentos, ensaios e implantação das ações.

o) Capital Social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

p) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

(i) Prestação de Serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

	2011	2012
Subcontratações.....	1,70%	1,70%
Materiais de obras	4,00%	4,00%
Supervisão de contratos-Divisão de Expansão.....	12,00%	12,00%
Juros.....	12,00%	12,00%

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre impontualidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

r) Distribuição de Dividendos

A Companhia distribui seus dividendos na forma de juros sob o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

Os dividendos mínimos obrigatórios, quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

s) Contratos de Concessão

A Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 52 localidades do Estado do Espírito Santo. Os novos contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos fixos em 30 anos. (exceto região metropolitana da Grande Vitória).

Até a data de 31 de dezembro de 2012, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a CESAN e os municípios cedentes.

A Companhia não possui contratos onerosos que trouxessem impactos nos seus resultados ou nos seus ativos financeiros.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo – ARSI-ES e é revisado anualmente (normalmente no mês de julho), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

t) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com as empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas empresas ou órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

u) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

v) Reclassificações

Para fins de comparabilidade, o saldo de impostos diferidos no montante de R\$ 21.899, que no ano de 2011 estava classificado no ativo não circulante, foi reclassificado para o passivo não circulante, conforme nota explicativa 8. Esta reclassificação foi necessária para o atendimento do CPC 32 quanto a apresentação do saldo da conta pelo valor líquido ativo menos o passivo.

w) Novas Normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos e passivos financeiros da Companhia.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IFRS 10 / CPC 36(R2) introduz um modelo de controle único para determinar se um investimento deveria ser consolidado.

De acordo com o IFRS 11 / CPC 19(R2), a estrutura de um negócio em conjunto, embora ainda seja uma consideração importante, não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio em conjunto e, consequentemente, da contabilização subsequente.

• A participação em uma operação em conjunto, que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos, será contabilizada com base na participação sobre esses ativos e passivos.

• A participação em um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), que é um acordo no qual as partes tem direitos sobre os ativos líquidos, será registrado por equivalência patrimonial.

A aplicação desta norma não se aplica pelo fato da Companhia não possuir investimentos em controladas e coligadas.

IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades

O IFRS 12 / CPC 45 consolida em uma única norma todos os requerimentos de divulgação sobre a participação de uma entidade em controladas, negócios em conjunto, coligadas

e entidades estruturadas não consolidadas. O IFRS 12 / CPC 45 requer a divulgação da informação sobre a natureza, riscos e efeitos financeiros dessas participações. A aplicação desta nova norma não se aplica pelo fato da Companhia não ter operações em conjunto com outras entidades.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersa em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. A Companhia está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IAS 19 - Benefícios a Empregados CPC 33 (R1)

O IASB emitiu várias emendas a IAS 19, sendo que tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia identificou a necessidade de reconhecimento complementar do passivo atuarial no valor de R\$ 71.186, decorrente de perdas atuariais não reconhecidas até 31 de dezembro de 2012. Neste exercício é requerida a apresentação destes impactos, que deverão ser reconhecidos contabilmente a partir de 1º de janeiro de 2013, em face de não aplicação da regra do "corredor" estabelecida pela IAS 19 a partir da referida data, de acordo com o disposto na Nota 18.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2012	2011
Caixa	78	74
Bancos - conta movimento	4.667	11.027
Aplicações financeiras curto prazo - Equivalentes de caixa	24.067	21.006
Total	28.812	32.107

Aplicações Financeiras

	2012	2011
Banestes.....	14.887	12.461
Banco Santander.....	-	6
Caixa Econômica Federal	9.180	8.539
Total	24.067	21.006

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 99% do fundo DI.

A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários - CDB's que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5 CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	2012			2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários	78.078	3.673	81.561	75.163	4.775	79.938
Valores a receber de parte relacionada	190	-	190	260	-	260
Consumo não faturado	22.893	-	22.893	19.521	-	19.521
Total Contas a Receber	101.161	3.673	104.834	94.944	4.775	99.719
Arrecadação a discriminar	(514)	-	(514)	(2.378)	-	(2.378)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.512)	-	(15.512)	(15.809)	-	(15.809)
	(16.026)	-	(16.026)	(18.187)	-	(18.187)
	85.135	3.673	88.808	76.757	4.775	81.532

O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água/esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste exercício.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2012	2011
Valores a faturar	22.893	19.521
Valores faturados	-	-
A vencer (circulante + não circulante)	31.168	29.330
Vencidos até 30 dias	14.489	13.021
Vencidos de 31 a 60 dias	6.523	6.254
Vencidos de 61 a 90 dias	4.217	4.391
Vencidos de 91 a 120 dias	3.830	3.615
Vencidos de 121 a 150 dias	3.366	3.383
Vencidos de 151 a 180 dias	2.963	2.782
Vencidos acima de 180 dias	6.864	6.062
	96.313	88.359
Parcelamentos a vencer	8.521	11.360
Total	104.834	99.719

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 30.997 (R\$ 27.709 em 31/12/2011) como perda efetiva do seu contas a receber diretamente no resultado do período.

	2012	2011
Em 1º de janeiro.....	15.809	14.362
Provisão para perdas de contas a receber.....	30.700	29.156
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(30.997)	(27.709)
Em 31 de dezembro.....	15.512	15.809

A exposição da Companhia a riscos de crédito esta divulgada na nota explicativa 20.

5.1 Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Cliente	2012	2011
Secretaria Estadual da Justiça.....	176	237
Polícia Civil.....	0	12
Polícia Militar.....	0	8
Secretaria Estadual do Governo.....	0	1
Seastdh.....	1	0
Secr. de Estado da Saúde.....	11	0
Departamento de Estrada e Rodagem.....	2	2
Total.....	190	260

6 IMPOSTOS A RECUPERAR

6.1 Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	2012	2011
Imposto de renda antecipado (a).....	4.795	4.352
Contribuição social antecipada (a).....	1.708	1.568
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96.....	1.298	1.177
PASEP Lei nº 9.430/96.....	536	489
Contribuições previdenciárias.....	1.528	263
Total.....	9.865	7.849

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na nota explicativa nº 28.

6.2 Não circulante

	2012	2011
Imposto de renda.....	-	138
Contribuição social.....	-	49
	-	187

7 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os valores de outros créditos a receber estão assim demonstrados:

	2012	2011
Adiantamento a Fornecedores.....	943	235
Créditos de Órgãos Públicos.....	198	218
Convênio Prefeitura Vila Velha (a).....	2.703	569
Convênio Prefeitura Vitória (b).....	6.663	-
Outros Convênios.....	163	1.260
	10.670	2.282

(a) Prefeitura de Vila Velha – A Companhia firmou o Convênio nº 039/2011 com o Município de Vila Velha para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Terra Vermelha e Adjacências no valor R\$ 3.984, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN.

(b) Prefeitura de Vitória – A Companhia firmou o Convênio nº 244/2011 com o município de Vitória para execução de obras de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Bairro Grande Vitória e adjacências no valor de R\$ 7.404, sendo que após a conclusão das obras o Sistema será repassado para operação da CESAN.

8 IMPOSTOS DIFERIDOS

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social reconhecidos no passivo não circulante correspondem ao saldo de ajustes temporários incidentes sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social, bem como de efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/2007 no exercício de 2008 e de novos pronunciamentos contábeis até o presente exercício. Além disso, a Companhia possui saldo de base negativa de contribuição social que serão compensados na taxa de 30% da base de cálculo do referido tributo a ser apurado pela Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Ativos		Passivos		Líquidos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contas de clientes - PCLD.....	11.970	11.970	-	-	11.970	11.970
Contingências Trabalhistas e Cíveis.....	32.389	17.836	-	-	32.389	17.836
Atualiz. Processos INSS.....	18.314	13.601	-	-	18.314	13.601
Atualiz. Processos lucro inflacionário.....	-	22.932	-	-	-	22.932
Reserva de reavaliação.....	-	-	(183.401)	(189.788)	(183.401)	(189.788)
Ajustes de RTT.....	(6.531)	(5.789)	-	-	(6.531)	(5.789)
Estudo atuarial Faeces.....	332	332	-	-	332	332
Base - diferença temporária.....	56.474	60.882	(183.401)	(189.788)	(126.927)	(151.838)
Impostos diferidos - diferença temporária.....	19.202	20.700	(62.314)	(64.482)	(43.112)	(43.782)
Base negativa de CSLL.....	5.437	13.329	-	-	5.437	13.329
Impostos diferidos - base negativa..	489	1.199	-	-	489	1.199
Impostos ativos (passivos)	19.691	21.899	(62.314)	(64.482)	(42.623)	(42.583)

Movimento em diferenças temporárias durante o ano

	Saldo em 31/12/2011	Reconhecido na apuração do tributo	Saldo em 31/12/2012
Reserva de reavaliação.....	(64.482)	(2.168)	(62.314)
Diferenças temporárias.....	20.700	(1.498)	19.202
Base negativa de CSLL.....	1.199	(710)	489
	(42.583)	(4.376)	(42.623)

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - EM GARANTIA

Investimentos mantidos até o vencimento, que compreendem aplicações financeiras em garantia pelos empréstimos e financiamentos contraídos junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

Aplicações Financeiras	2012	2011
Banestes		
BNDES Garantia (a).....	5.160	4.824
	5.160	4.824
Banco do Brasil		
Garantia DMLP (b).....	1.561	1.457
	1.561	1.457
Caixa Econômica Federal		
Garantia CEF (c).....	722	1.982
	722	1.982
Total.....	7.443	8.263

(a) Valor correspondente à garantia ao Contrato de Financiamento com o BNDES em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI.

(b) Valor correspondente à garantia ao Financiamento DMPL. O recurso esta aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 98,5% do fundo DI.

(c) Valor correspondente à garantia aos Contratos de Financiamento da Caixa Econômica Federal. O recurso está aplicado em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com remuneração média de 99% do fundo DI.

10 IMOBILIZADO

10.1 Composição dos saldos

	2012		2011	
	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Total Líquido
Terrenos.....	-	3.768	-	3.768
Edificações e estruturas.....	4	18.844	(6.197)	12.647
Móveis e utensílios.....	10	6.312	(3.240)	3.072
Veículos Equip. Transportes..	20	15.718	(10.760)	4.958
Máquinas e Equipamentos.....	10	7.767	(3.964)	3.803
Equipamentos - laboratório ...	10	622	(470)	152
Computadores e periféricos ..	20	15.500	(9.566)	5.934
Total.....		68.531	(34.197)	34.334

A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$ 6.420 (R\$ 6.354 em 31 de dezembro de 2011) como despesa administrativa.

10.2 Movimentação

	2011		2012		Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Saldo em 31/12/2011	Adições	
Terrenos.....	3.740	-	3.740	28	3.768
Edificações e estruturas	14.179	4.595	18.774	70	18.844
Móveis e utensílios.....	5.554	449	5.874	439	6.312
Veículos Equip. Transportes.....	10.684	2.724	12.931	2.796	15.718
Máquinas e Equipamentos.....	5.730	1.916	7.285	485	7.767
Equipamentos - laboratório.....	647	-	622	-	622
Computadores e periféricos.....	13.688	1.512	15.196	304	15.500
Subtotal.....	54.222	11.196	64.422	4.122	68.531
Depreciação acumulada	(22.386)	(6.048)	(27.777)	(6.433)	(34.197)
Total.....	31.836	5.148	36.645	(2.311)	34.334

11 INTANGÍVEL

11.1 Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento.

	2012		2011	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ativos da Concessão Líquidos.....	1.937.042	(508.526)	1.428.516	980.517
Intangível em andamento.....	407.044	-	407.044	708.592
Total.....	2.344.086	(508.526)	1.835.560	1.689.109

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2012 refere-se a obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 102.038; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 211.853; R\$ 34.653 em materiais para aplicação em obras e R\$ 58.500 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela CESAN. Durante o exercício de 2012 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 13.521 (R\$ 14.918 no exercício 2011).

- (a) A amortização do exercício apropriada ao resultado em 31 de dezembro 2012 foi de R\$ 66.416 (R\$ 53.859 em 2011).

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos.

As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b.

Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;

As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m² por ligação e a tarifa média cobrada por m²;

O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelo municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;

As projeções de despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análise e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;

A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que são de operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/07, a Companhia contratou a Raja Engenharia Ltda, empresa com reconhecida competência em avaliações e perícias técnicas, para realização de estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequentemente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da CESAN. Após o levantamento de informações sobre os bens da Companhia, chegou-se a conclusão que não foi observado oscilação na taxa de depreciação/amortização dos bens do ativo imobilizado e intangível para o ano de 2012.

11.2 Movimentação

Intangível	2011					Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transfer.	Amortização	
Ativos da Concessão						
Líquidos	919.567	1.698	(2.148)	108.592	(47.192)	980.517
Intangível em andamento	641.595	240.691	(11.441)	(162.253)	-	708.592
	1.561.162	242.389	(13.589)	(53.661)	(47.192)	1.689.109
Intangível	2012					Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transfer.	Amortização	
Ativos da Concessão						
Líquidos	980.517	29.048	(2.665)	483.446	(61.830)	1.428.516
Intangível em andamento	708.592	203.322	-	(504.870)	-	407.044
	1.689.109	232.370	(2.665)	(21.424)	(61.830)	1.835.560

12 CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 58.994 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 66.126 em 31 de dezembro de 2011). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC-17 no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados abaixo:

	2012	2011
Receitas de Construção	35.032	10.240
Custos de Construção	(30.068)	(8.789)
	4.964	1.451

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

13 FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Os saldos estão assim demonstrados:

	2012	2011
Fornecedores de materiais	6.439	1.956
Fornecedores de serviços	32.670	35.343
Total	39.109	37.299

14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2012			2011		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional						
BNDES – Águas Limpas (c)	6.094	62.892	68.986	3.575	45.966	49.541
CEF – Águas Limpas (a)	15.971	126.749	142.720	14.219	124.877	139.096
	22.065	189.641	211.706	17.794	170.843	188.637
Em moeda estrangeira						
Banco do Brasil - DMLP (b)	1.077	7.441	8.518	988	7.399	8.387
	1.077	7.441	8.518	988	7.399	8.387
Debêntures não conversíveis (d)	1.594	28.068	29.662	-	23.561	23.561
Leasing (e)	2.477	1.386	3.863	1.590	1.719	3.309
	4.071	29.454	33.525	1.590	25.280	26.870
Total	27.213	226.536	253.749	20.372	203.522	223.894

- (a) **Caixa Econômica Federal:** formado por 67 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo.

O prazo final para pagamento é em 2024. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto à instituição, na vigência dos contratos, uma conta reserva, cujo saldo em 31/12/2012 é de R\$ 722 (R\$ 1.982 em 31/12/2011), equivalente a um encargo mensal, valor este registrado no Ativo não Circulante. (nota 8).

- (b) **Banco do Brasil - DMLP:** dívida em moeda estrangeira de médio e longo prazo, contraída com credores externos e transferida no ano de 1997 para o Tesouro Nacional, conforme determinam as Portarias MF 089/96 e 192/96. O último vencimento será no ano 2024. A taxa de juros é apurada semestralmente através de uma moeda cujo percentual está atrelado a variação do Dólar.

- (c) **BNDES:** Formado por 04 contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) utilizados para implantação e ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em diversos municípios do Estado do Espírito Santo.

O prazo final para pagamento é em 2023. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto ao Banco Banestes, na vigência dos contratos, uma conta reserva, cujo saldo em 31/12/2012 é de 5.160 (R\$ 4.824 em 31/12/2011) sob vinculação de receita, que está classificado como ativo financeiro mantido até o vencimento.

- (d) **Debêntures**

Através da Assembleia de Acionistas do dia 14 de janeiro de 2010, ficou aprovada a primeira emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, com lançamento privado, mediante subscrição exclusiva do BNDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. A previsão é de que sejam emitidas 1000 (mil) debêntures perfazendo um total de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais) divididas em 3 séries da seguinte forma: A primeira série foi emitida integralmente em 26/07/2010 (280 debêntures). A segunda série foi emitida em 26/07/2010 (23 debêntures), 27/01/2011 (125 debêntures), 03/10/2011 (55 debêntures), 27/06/2012 (97 debêntures). A terceira série está autorizada, mas até 31/12/2012 não foi emitida, sendo que a Companhia solicitou ao BNDES a prorrogação do prazo para esta emissão.

Primeira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010

Quantidade: 280 debêntures

Data de emissão: 26/07/2010

Prazo 121 meses

Carência do principal 36 meses

Amortização 85 meses

Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020

Remuneração T.JLP + 2,34% a.a.

Valor - R\$ 12.320.000,00

Segunda série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010

Prazo 11 anos

Carência do principal 48 meses

Amortização 7 anos

Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020

Remuneração IPCA + 2,34% a.a.

Valor - R\$ 13.200.000,00

Terceira série:

Data de aprovação para emissão 15 de janeiro de 2010

Prazo 10 anos (121 meses)

Carência do principal 36 meses

Amortização 85 meses

Vencimento final em 15 de fevereiro de 2020

Remuneração T.JLP + 2,34% a.a.

Valor - R\$ 18.480.000,00

Todas as emissões estão garantidas por 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica de livre movimentação, junto ao banco Banestes, cujo valor mensal mínimo é de R\$ 3.500.

Os recursos dessa emissão destinam-se exclusivamente ao financiamento de projetos institucionais da CESAN: Sistema Integrado de Gestão Corporativa ERP Controle e redução de Perdas Instalação e substituição de hidrômetros Instalação de nova sala-cofre Realização de estudos e projetos Sistema de informações geográficas corporativo (GIS)

Os empréstimos estão garantidos por crédito de receitas próprias, títulos de cobrança, recebíveis e notas promissórias.

- (e) **BANESTES** – Formado por 02 contratos de leasing junto ao Banco do Estado do Espírito Santo para aquisição de veículos e computadores. O prazo final para pagamento do primeiro contrato é 2013 e do segundo 2015. A operação foi contratada à taxa de 1,2478% a.m. e 1,45% a.m respectivamente durante 36 meses.

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia detém empréstimos bancários garantidos no montante de R\$ 253.749 em 31 de dezembro de 2012. De acordo com os termos dos contratos, esses empréstimos serão pagos em parcelas nos próximos 20 anos. Contudo, o contrato com o BNDES contém *covenants* que estabelecem garantias de 20% da arrecadação tarifária da Companhia, através de conta específica de livre movimentação, junto ao banco Banestes, cujo valor mensal mínimo é de R\$ 3.500, inexistindo bloqueio de valores. As cláusulas quantitativas estão relacionadas à manutenção durante a vigência das debêntures de cobertura de serviço da dívida igual ou superior a 2,25 até 2012, inclusive, e igual ou superior a 1,75 a partir de 2013; dívida líquida / ebitda igual a 3,5; (investimentos – ajustes) / Receita operacional líquida igual ou inferior a 25% a partir de 2011, inclusive, e margem ebitda igual ou superior a 30%.

15 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	2012	2011
ISS.....	1.021	1.418
Contribuição social.....	54	1.470
Contribuições retidas na fonte.....	246	434
PASEP.....	372	526
COFINS.....	1.673	2.424
INSS.....	2.245	3.560
FGTS.....	769	686
Salário-educação.....	373	573
Outras retenções e contribuições.....	477	2.434
Imposto de renda.....	1.255	5.421
Total.....	8.485	18.946

16 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2012	2011	2012	2011
Cível (a).....	5.165	4.213	1.471	1.470
Trabalhista (b).....	21.377	19.421	30.919	15.782
Tributário (c).....	6.089	2.811	18.314	17.861
Total.....	32.631	26.445	50.704	35.113
Circulante.....	–	–	6.677	1.199
Não circulante.....	32.631	26.445	44.027	33.914
Circulante	2011	Adições	Baixas	2012
Trabalhista (a).....	1.199	6.480	(1.719)	5.960
Cível (b).....	–	1.501	(784)	717
Total.....	1.199	7.981	(2.503)	6.677
Não circulante				
Trabalhista (a).....	14.583	9.658	–	24.241
Cível (b).....	1.470	1	–	1.471
Fiscal (c).....	17.861	454	–	18.315
Total.....	33.914	10.113	–	44.027
Trabalhista (a).....	15.782	16.138	(1.719)	30.201
Cível (b).....	1.470	1.502	(784)	2.188
Fiscal (c).....	17.861	454	–	18.315
Total.....	35.113	18.094	(2.503)	50.704

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

- (a) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.
- (b) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.
- (c) Os valores referem-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos.

16.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, bem como a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	2012	2011
Cível (a).....	578	578
Trabalhista (b).....	16.240	13.019
Tributária (c).....	10.161	–
Total.....	26.979	13.597

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

- (a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.
- (b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.
- (c) Os processos tributários referem-se execuções fiscais movidas pelo INSS questionando possíveis créditos tributários relacionado a autuações que a CESAN vem contestando judicialmente.

17 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR – NÃO CIRCULANTE

	2012	2011
IRPJ (a).....	–	44.386
Salário-educação parcelado.....	–	374
INSS parcelado.....	1.499	1.887
CSLL parcelada.....	–	55
Total.....	1.499	46.702

- (a) Em sentença de 18 de dezembro de 1997, revista e mantida pela Justiça Federal em 16 de janeiro de 1998, foi concedido à Companhia o benefício da Antecipação de Tutela para eximir-se do pagamento do Imposto de Renda derivado do lucro inflacionário, realizado anualmente a partir do ano-calendário de 1995. Como consequência, a Companhia deixou de recolher o referido imposto a partir daquele exercício, mantendo o valor apurado de aproximadamente R\$ 36.516 em 2012 (em 2011 – R\$ 44.386) registrado na conta de impostos e contribuições a pagar, no passivo não circulante. Após julgamento da causa no STF, a ação foi transitada em julgado em favor da CESAN, sendo assim o valor foi baixado contra o resultado na rubrica 473160001 – Reversão Provisões Fiscais no exercício.

18 CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar.

18.1 Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos e o risco atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e o risco de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento forem piores que o esperado, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

18.1.1 Plano de custeio

- Contribuição mensal e jóia dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

18.1.2 Benefícios

Plano instituído em 25.04.1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames da Lei Complementar nº 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, e prevê a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de participação

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições e benefícios dos participantes e equivalerá à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de benefício

O salário-real-de-benefício (SRB) corresponderá a 78% (setenta e oito por cento) da média aritmética simples dos 12 (doze) últimos salários-de-participação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigidos para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial) será exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

• Carências (Aposentadoria Programada)

- Idade mínima: 55 anos, no caso de aposentadoria tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- Tempo mínimo de empresa: 10 anos (fundadores);
- Tempo mínimo de plano: 15 anos (não fundadores).
- **Carência (Aposentadoria por invalidez)**
- Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

• Da Suplementação de Aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

• Da Suplementação de Pensão

- Por morte em atividade: 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte.

- Por morte na aposentadoria: 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

- **Do Pecúlio por morte**

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

- **Do Reajuste**

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

18.2 Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

18.2.1 Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras Entidades de Previdência Complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
- Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o Salário de Participação de um percentual escolhido pelo Participante, respeitando-se o mínimo de 1% (um por cento), efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;
- Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo Participante, observadas as disposições legais;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Patrocinador, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido.
- Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:
- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7% (sete por cento) do Salário de Participação, efetuada no máximo 12 (doze) vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o Participante, os Benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o Participante, as Despesas Administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição Normal de Patrocinador, relativa a cada Participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências:

- a) Término do vínculo por qualquer razão;
- b) Quando o Participante for elegível ao Benefício de Aposentadoria Normal;
- c) Em caso de concessão de Benefício assegurado por este Regulamento.

18.2.2 Benefícios

Plano instituído em 01.02.2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de Aposentadoria por invalidez;
- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Complementação de pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do Saldo de Conta Aplicável.

- a) **Salário-de-participação**

O salário-de-participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá a soma das rubricas fixas relativas à remuneração do Participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo Patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não-mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

- b) **Salário real de benefício**

O Salário Real de Benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 (doze) últimos Salários de Participação, atualizados monetariamente pelo INPC, até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

- c) **Unidade mínima FAECES**

Valor correspondente a R\$ 349,49 (trezentos e quarenta e nove reais e nove centavos) em 31.12.2012, reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, da Fundação IBGE.

- d) **Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios**

- Carências (Aposentadoria Programada): a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:

- Tenha completado 10 anos de contribuição para o Plano;
- Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador;
- Tenha atingido a idade mínima:
- Aposentadoria Normal: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade;
- Aposentadoria Antecipada: 50 (cinquenta) anos de idade.
- Carência (Aposentadoria por invalidez)
- Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.
- Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.

- **Da Renda de Aposentadoria Normal e Antecipada**

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

- **Da Renda de Aposentadoria por Invalidez**

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
- 10% do salário-real-de-benefício.

- **Da Renda de Pensão por morte em atividade**

O valor inicial do benefício de Pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- o resultado da conversão atuarial do Saldo de Conta Aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- a diferença de 60% do salário-real-de-benefício e 10 (dez) Unidades Mínimas FAECES; e
- 10% do salário-real-de-benefício.

- **Da Renda de Pensão por morte na aposentadoria**

no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria Normal ou de Aposentadoria Antecipada, o valor mensal do Benefício de Pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da FAECES, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo do participante falecido na data da sua aposentadoria.

no caso de falecimento de Assistido em gozo do Benefício de Aposentadoria por Invalidez que tenha Beneficiário, o valor mensal do Benefício de Pensão por Morte após Aposentadoria será igual a 100% (cem por cento) do valor do Benefício que o Assistido percebia da FAECES.

- **Do Pecúlio por morte**

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a 5 (cinco) vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

- **Do Reajuste**

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

18.3 Confissão de dívida

A Companhia assinou contrato de confissão de dívida, obrigando-se ao pagamento em 17 (dezesete) anos, contados a partir de janeiro de 2001, do valor referente ao tempo de serviço dos seus empregados, transcorrido anteriormente à criação da FAECES. Tal contrato foi averbado como tempo de contribuição efetiva, em conformidade com o que dispõe a Deliberação nº 1.812/94 aprovada pelo Conselho de Administração da CESAN em sua 514ª Reunião.

Em 17 de janeiro de 2008 foi assinado termo aditivo ao contrato de confissão de dívida com pacto adjecto de caução entre a CESAN e a FAECES, no qual é confessada a dívida de R\$ 51.394 que deverá ser paga em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas a partir de janeiro de 2008, vencendo a última em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente ao valor da parcela a amortizar, a CESAN obriga-se a pagar mensalmente, sobre o saldo devedor, uma taxa de juros de 6% (seis por cento) ao ano, acrescida do INPC-IBGE do mês anterior ao mês de competência de cada parcela.

18.4 Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

18.4.1 Hipóteses econômicas e financeiras

18.4.1.1 Indicadores

- a) Indexador Econômico: INPC;
- b) Retorno dos Investimentos: Indexador Econômico + 6% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo das perdas e ganhos: 5,0% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: Inflação + 6% a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: nulo;
- f) Crescimento real dos Benefícios do Plano: nulo;

18.4.1.2 Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas-base de reajuste.

- a) Capacidade Salarial: Não adotado.
- b) Capacidade do benefício: Não adotado

18.4.2 Hipóteses biométricas e demográficas

18.4.2.1 Biométrica (Ativos, Aposentados e Pensionistas)

- a) Mortalidade Geral: AT 83 (segregada por sexo);
- b) Entrada em Invalidez: LIGHT (média);
- c) Mortalidade de Inválidos: IAPB 55 Forte.

18.4.2.2 Demográfica (Ativos)

- a) Rotatividade: 0,0%;
 b) Geração Futura: Não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

18.4.3 Outras hipóteses

- a) Entrada em Aposentadoria: 100% dos Participantes Ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
 b) Composição familiar do participante: considera-se que 95% são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 (cinquenta e cinco) anos;
 c) Composição familiar do participante aposentado e do pensionista: adotado a composição familiar real.

18.5 Política Contábil Adotada pela CESAN no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A CESAN adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano); e
 - 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

A parcela dos ganhos e perdas atuariais do plano será reconhecida, conforme definido acima, dividido pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano.

Com base em parecer de atuário independente, seguem as informações requeridas de acordo com o CPC 33.

Metodologia para o Reconhecimento de Ganhos/Perdas pelo Método do Corredor.

Exercício fiscal findo em:

31/12/2012 31/12/2011

A.Reconciliação do valor das obrigações atuariais		
Valor das obrigações no início do ano	261.477	219.500
Custo do serviço corrente	2.428	2.298
Juros sobre a obrigação atuarial	27.512	24.191
Benefícios pagos no ano	(13.078)	(12.018)
(Ganho)/perda atuarial	39.679	27.506
Valor das obrigações no final do ano	318.018	261.477

B.Reconciliação do valor justo dos ativos		
Valor justo dos ativos no início do ano	191.072	174.238
Rendimento esperado no ano	23.950	19.243
Contribuições de patrocinadoras	10.993	11.570
Contribuição de participantes vertidas ao Plano	3.424	2.690
Benefícios pagos no ano	(13.078)	(12.018)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	1.930	(4.651)
Valor justo dos ativos no final do ano	218.291	191.072

C.Conciliação dos valores reconhecidos no balanço		
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	318.018	191.072
Valor justo dos ativos do plano	(218.291)	(191.072)
Déficit/(Superávit) para cobertura de planos	99.727	-
Valor presente das obrigações atuariais sem cobertura (planos sem ativos financeiros)	-	70.405
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido acumulado	(71.186)	(35.875)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	-	-
Passivo/(Ativo) líquido	28.541	34.530
Cálculo corredor		
10% do Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	31.802	26.148
10% do Valor justo dos ativos do plano	(21.829)	(19.107)
Corredor	31.802	26.148
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido	(71.186)	(35.875)
Valor a ser amortizado e reconhecido	(39.384)	(9.727)

D.Componentes da despesa / (receita) do plano		
Custo do serviço corrente	2.428	2.298
Juros sobre as obrigações atuariais	27.512	24.191
Rendimento esperado dos ativos do plano	(23.950)	(19.243)
Amortização de (ganhos)/ perdas atuariais líquidos (incluindo parágrafo 58 (a))	2.438	-
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	8.428	7.246

E. Resumo dos Dados Cadastrais

Participantes Ativos		
Quantitativo	582	604
Salário Médio	4.496	4.099
Idade Média	52,29	51,7
Tempo médio de serviço	27,84	26

Aposentados		
Quantitativo	658	655
Idade Média	64,79	64,4
Benefício médio	1.425	1.355

Pensões		
Quantitativo	134	125
Idade Média	62,2	61,5
Benefício médio	536	487

1.Componentes da despesa/(receita) do plano projetada para 2013

Custo do serviço corrente bruto	9.896	2.428
Juros sobre obrigação atuarial	25.942	27.512
Rendimento esperado dos ativos	(17.807)	(23.950)
Amortização de (ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	16.572	2.438
Total da (despesa) / receita a ser reconhecida	34.604	8.428

2. Hipóteses usadas para determinar a despesa / (receita) do plano

Taxa de juros nominal	8,16%	10,77%
Projeção salarial (ao ano)	0,50%	5,00%
Inflação (ao ano)	4,50%	5,00%
Fator de Capacidade dos Benefícios	100,00%	100,00%

IAS 19 – Benefícios aos Empregados: A eliminação do enfoque do corredor, aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013, impactará em um aumento do passivo atuarial líquido no montante de R\$ 71.186.

Na qualidade de patrocinadora, a CESAN contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da FAECES de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios, sendo o percentual máximo de contribuição da Companhia limitado a 3,81% da folha de salários dos colaboradores. Até 31 de dezembro de 2012 a CESAN contribuiu com R\$ 3.674 (R\$ 3.151 em 31 de dezembro de 2011).

O quadro abaixo demonstra a posição da parcela amortizante relativa ao compromisso da CESAN junto à FAECES.

	2012	2011
Passivo Circulante	5.827	4.606
Passivo não Circulante	20.877	26.864
Total	26.704	31.470

19 CRÉDITOS DE ACIONISTAS

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos monetários de acionistas	79.000	34.643
Estado	201.426	225.238
Projeto Águas Limpas PMV	904	904
Total	281.330	260.785

Em 2005 iniciaram-se as obras do Programa Águas Limpas com recursos próprios da CESAN e, em contrapartida, do Governo do Estado. O saldo registrado na rubrica de créditos de acionistas refere-se à contrapartida do Governo do Estado no referido projeto.

O Governo do Estado vem financiando o programa, cujas obras serão incorporadas posteriormente ao patrimônio da CESAN, revertendo em aumento de capital do acionista Governo do Estado.

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro abaixo demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Instrumentos Financeiros	Mensuração	2012		2011	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	28.812	28.812	32.107	32.107
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	88.808	88.808	81.532	81.532
Outros créditos a receber	Custo amortizado	10.670	10.670	2.282	2.282
Contratos de concessão indenizáveis	Custo amortizado	77.725	77.725	66.126	66.126
Ativos financeiros mantidos até o vencimento					
Aplicações financeiras	Custo amortizado	7.443	7.443	8.263	8.263
Total ativo financeiro		213.458	213.458	190.310	190.310
Passivos financeiros					
Outros passivos financeiros					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	253.749	253.749	223.894	223.894
Fornecedores	Custo amortizado	39.109	39.109	37.299	37.299
Créditos de acionistas	Custo amortizado	281.330	281.330	260.785	260.785
Total passivo financeiro		574.188	574.188	521.978	521.978

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: risco de juros, risco de câmbio e risco de preços. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" para se proteger desse risco. Vale ressaltar que o valor da dívida em moeda estrangeira não é relevante, e em função disso a Companhia entende que mesmo havendo flutuação de taxas de câmbio, não irá gerar impacto na organização por representar um percentual inferior a 1,00% da dívida total.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em Dólares Americanos, totalizava R\$ 8.518 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 8.387) em 31 de dezembro de 2011.

Risco de Preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela Agência Reguladora de Saneamento e Infraestrutura viária do Estado do Espírito Santo (ARSI) para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado a variação da TJLP e da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descrito a seguir:

	Aumento / redução em pontos base	Efeito no lucro antes da tributação
2012		
R\$	+ 0,5%	1.269
R\$	- 0,5%	(1.269)
2011		
R\$	+ 0,5%	1.119
R\$	- 0,5%	(1.119)

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxa de juros nas taxas atualmente praticada no ambiente de mercado, não demonstrando que possam impactar o resultado da Companhia.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	2012	2011
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	213.458	190.310
Passivos financeiros	(574.188)	(521.978)
	(360.730)	(331.668)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento que é reconhecido contabilmente.

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de Dezembro de 2012					
Caixa e equivalentes de caixa ..	4	-	28.812	-	28.812
Contas a receber de clientes	5	-	88.808	-	88.808
Outros créditos a receber	7	-	10.670	-	10.670
Contrato de Concessão Indenizáveis	12	-	77.725	-	77.725
Aplicações Financeiras - Garantias	9	7.443	-	-	7.443
		7.443	206.015	-	213.458
Empréstimo bancário garantido ..	14	-	-	224.087	224.087
Contas a pagar	13	-	-	39.109	39.109
Debêntures	14	-	-	29.662	29.662
Créditos de Acionistas	19	-	281.330	-	281.330
		-	281.330	292.858	574.188

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total contábil
31 de Dezembro de 2011					
Caixa e equivalentes de caixa ..	4	-	32.107	-	32.107
Contas a receber de clientes	5	-	81.532	-	81.532
Outros Créditos	7	-	2.282	-	2.282
Contrato de Concessão Indenizáveis	12	-	66.126	-	66.126
Aplicações financeiras - em garantias	9	8.263	-	-	8.263
		8.263	182.047	-	190.310
Empréstimo bancário garantido ..	14	-	-	200.333	200.333
Contas a pagar	13	-	-	37.299	37.299
Debêntures	14	-	-	23.561	23.561
Créditos de Acionistas	19	-	260.785	-	260.785
		-	260.785	261.193	521.978

Taxas de juros utilizadas para determinar o valor justo

As taxas de juros utilizadas para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva de rendimento de títulos do governo na data das demonstrações financeiras, mais uma margem de crédito, conforme a seguir:

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	6,45	6,45
Arrendamento Mercantil	1,45	1,20
	7,90	7,65

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, ajustada para um prêmio de risco para refletir os riscos relacionados a um investimento em títulos patrimoniais, o risco sistemático da Tall Tree PLC e o risco específico da Companhia, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	2012	2011
AAA	12.308	16.190
A	16.426	15.843
	28.734	32.033

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAN não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos	
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e Debêntures ..	27.213	65.521	47.100	113.915	253.749
	27.213	65.521	47.100	113.915	253.749
Créditos de Acionistas		281.330			281.330
Fornecedores e outras obrigações	39.109	-	-	-	39.109
	39.109	281.330	-	-	320.439
	66.322	346.851	47.100	113.915	574.188

Em 31 de dezembro de 2011

Empréstimos Debêntures	20.372	43.411	42.423	117.688	223.894
	20.372	43.411	42.423	117.688	223.894
Créditos de Acionistas	-	260.785	-	-	260.785
Fornecedores e outras obrigações	37.299	-	-	-	37.299
	37.299	260.785	-	-	298.084

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela CESAN nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (Receita Vinculada)	2012	2011
Banco do Brasil - Tesouro Nacional	Valor da próxima parcela fica bloqueada na C/C	1.561	1.457
BNDES	20% da arrecadação tarifária da CESAN	5.160	4.824
Caixa Econômica Federal	Corresponde a 3 vezes o encargo mensal na fase de carência de juros ..	722	1.982
		7.443	8.263

b) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	2012	2011
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 14)	253.749	223.894
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 05)	28.812	32.107
Dívida líquida	224.937	191.787
Total do patrimônio líquido	1.324.046	1.213.576
Total do capital	1.548.983	1.405.363
Índice de alavancagem financeira %	15	14
Índice de capital de terceiros %	17	16

21 PARTES RELACIONADAS

21.1 Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 78,26% das ações e de forma indireta através da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 21,10% de ações, totalizando 99,36% das suas ações. Os 0,64% remanescentes das ações são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado no Projeto Águas Limpas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até o final do exercício de 2012 estão demonstrados nas notas 5.1 e 22.1 respectivamente.

21.2 Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o que estabelece o artigo 3º do Decreto nº 95.524 de 21 de dezembro de 1977, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos às seguintes remunerações mensais (base - dezembro de 2012) pagas aos empregados e administradores:

	2012	2011
Maior remuneração - em reais	19.287	18.097
Menor remuneração - em reais	1.041	967

A partir de 01/05/2012 foi estabelecido pelo acordo coletivo que o piso salarial dos empregados da CESAN passou a ser de R\$ 1.041,00.

21.3 Operações com pessoal-chave da Administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAN.

Os demais diretores que são comissionados recebem, além da remuneração mensal, assistência médica e odontológica, vale-alimentação, licença remunerada de até 30 dias a cada 12 meses, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, parcela honorária natalina e participação nos resultados nos mesmos critérios dos empregados.

Para os ocupantes de cargo em comissão, são as seguintes as gratificações por desempenho das funções:

Funções Comissionadas	Valor - em Reais
Assessor, Auditor e Gerente	2.204
Chefe de Divisão	1.686
Honorário de Diretor	2.529
Funções Gratificadas	Valor - em Reais
Chefe de Escritório de Atendimento a Cliente e Call Center	1.102
Chefe de Pólo de Grande Porte	1.102
Chefe de Pólo de Médio e Pequeno Porte	881
Secretária Executiva de Diretoria/Conselho	1.011
Secretária - Presidente e Diretor	674
Secretária - Assessoria, Auditoria e Gerência	570

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 1.123.874 (R\$ 1.027.087 em 31 de dezembro de 2011), representado por 1.123.874.593 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	879.552.811	78,26%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo ..	237.095.080	21,10%
Minoritários	7.226.702	0,64%
	1.123.874.593	100,00%

22.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6404/76 e artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia.

22.3 Aumento de capital

Em 27 de abril de 2012, por meio da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas, foi decidido aumentar o capital da Companhia, conforme decisão descrita em Ata. Os recursos foram provenientes de:

Crédito de Acionistas	34.643
Juros sob o Capital Próprio	18.914
Incorporação Obras Proj. Águas Limpas	24.445
Reserva de Investimento	18.785
Total	96.787

22.4 Dividendos

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	76.268	32.410
Reserva legal (5%)	(3.813)	(1.620)
Realização da reserva de reavaliação	6.387	4.642
Base de cálculo dos dividendos	78.842	35.432
Dividendos (25%)	19.710	8.858
Juros sobre capital próprio	43.800	19.000
Imposto de renda retido na fonte	(26)	(13)
Valor líquido para distribuição	43.774	18.987

O saldo de juros sobre capital próprio de R\$ 43.774 não foi pago até 31 de dezembro de 2012.

22.5 Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, aprovado em 24 de abril de 2005, em seu artigo 30, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembléia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A previsão e realização dos investimentos de recursos financeiros, em projetos e obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no exercício de 2013 está detalhado abaixo:

Programas	Previstos 2013		
	Recursos Próprios	Outras Fontes	Total Previsto
Implant. e Ampl. Sist. Abast. Água	31.434	82.701	114.135
Implant. e Ampl. Sist. Esgot. Sanitário	19.007	105.844	124.851
Desenv. Operacional / Institucional	31.084	16.662	47.746
Infraestrutura	4.000	-	4.000
	85.525	205.207	290.732

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 32.869 dos Lucros Acumulados para constituição de Reserva de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão de Sistemas de Abastecimentos de Água, Esgotamento Sanitário e Desenvolvimento Operacional e Institucional, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

22.6 Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 30, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribui a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros da Companhia, intitulado GER - Gestão Empresarial por Resultados. O GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000 e aprovado pela Deliberação nº 3210/2006, que gera base para o valor da remuneração dos empregados. Em 2012, a base foi de dois salários-base, respeitada a lotação e proporcionalidade mensal para os empregados admitidos e desligados no exercício de 2012.

A Companhia destinou, do resultado apurado em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 8.346 (R\$ 7.940 em 31 de dezembro de 2011) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos Empregados	2012	2011
Início do Exercício	7.940	4.282
Pago no Exercício	(7.940)	(4.282)
Constituído no Exercício	8.346	7.940
Final do Exercício	8.346	7.940

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Número de Economias		Valores	
	2012	2011	2012	2011
Fornecimento de água				
Residencial	769.445	748.008	285.255	258.146
Comercial	46.602	43.836	53.434	50.418
Industrial	1.291	1.355	56.180	51.565
Órgãos públicos.....	4.762	4.626	31.241	27.572
Outras receitas do fornecimento de água			5.754	4.410
	<u>822.100</u>	<u>797.825</u>	<u>431.864</u>	<u>392.111</u>
Serviços de esgotamento sanitário				
Residencial	284.040	257.243	70.556	59.630
Comercial	20.182	17.615	12.937	9.960
Industrial	499	517	2.018	1.742
Órgãos públicos.....	1.283	1.150	4.769	3.483
Outras receitas dos serviços de esgoto			113	81
	<u>306.004</u>	<u>276.525</u>	<u>90.393</u>	<u>74.896</u>
(-) Deduções da receita				
PIS.....			(4.929)	(4.555)
COFINS			(22.703)	(20.980)
			<u>(27.632)</u>	<u>(25.535)</u>
Total			<u>494.625</u>	<u>441.472</u>

23.1 Faturamento com partes relacionadas

Os valores faturados relativos a partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	31/12/2012	31/12/2011
Arquivo Público Estadual.....	6	9
Assembleia Legislativa Vitória	88	75
Departamento Imprensa Oficial.....	53	36
Depto Estradas de Rodagem	29	31
Detran do Espírito Santo	71	66
Hospital da Polícia Militar	579	477
Iema Instit. Est. Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	22	30
Inst. Atend. Sócio Educativo ES	432	338
Inst. Capixaba de Pesquisa Assist. Técnica Ext. Rural	1	0
Inst. de Defesa Agrop. e Florestal do ES	20	17
Inst. de Tecnologia da Informação e Comunico do ES.....	2	0
Inst. Jones dos Santos Neves	11	0
IPAJM	13	8
Junta Comercial do ES - Jucees	5	7
Ministério Público do Estado ES	78	52
Polícia Civil Delegacias Distritos	219	338
Polícia Militar do Estado do Esp. Santo	342	273
Polícia Militar - Corpo de Bombeiros	76	69
Procuradoria Geral do ES - PGE	17	0
Rádio e TV Espírito Santo	3	2
Seastdh	14	16
Secr. de Estado da Saúde.....	1.394	1.032
Secr. de Segurança Pública.....	30	21
Secr. Estadual da Agricultura	182	194
Secr. Estadual da Cultura	45	30
Secr. Estadual da Fazenda	130	93
Secr. Estadual da Justiça	4.050	2.663
Secr. Estadual de Esportes e Lazer	170	69
Secr. Estadual de Planejamento e Orçamento.....	44	17
Secr. Estadual de Turismo.....	3	2
Secr. Estadual do Governo.....	81	69
Sedu	2.417	2.117
Sup. Est. de Comunicação Social	4	8
Tribunal de Contas do Estado	43	41
Tribunal de Justiça	365	284
Total Geral	11.040	8.484

24 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	2012	2011
Receitas Financ. de juros e acréscimos.....	7.577	6.962
Receitas Financ. de ganho com aplicações.....	3.003	2.651
Outras Receitas Financeiras	7.541	395
Resultado de variação cambial ativa.....	1.204	349
	<u>19.325</u>	<u>10.357</u>
Despesas c/ juros e demais encargos de financiamentos	(15.602)	(13.579)
Resultado de variação cambial passiva	(2.194)	(1.437)
Taxas de serviços e demais tributos fiscais.....	(4.012)	(13.673)
	<u>(21.808)</u>	<u>(28.689)</u>
	<u>(2.483)</u>	<u>(18.332)</u>

25 DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	2012	2011
Despesas gerais e administrativas da unidade.....	(28.177)	(24.204)
Perdas no recebimento de tarifas.....	(35.563)	(33.523)
Reversão de perdas	4.566	5.813
	<u>(59.174)</u>	<u>(51.914)</u>

26 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2012	2011
Despesas com pessoal	(50.923)	(47.301)
Despesas com materiais	(1.225)	(1.491)
Outras despesas com serv. de terceiros	(32.184)	(28.406)
Outras despesas	(30.565)	(18.782)
	<u>(114.897)</u>	<u>(95.980)</u>

27 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2012	2011
Baixas Imobilizado.....	(2.726)	(1.102)
Provisão Contingência.....	(20.042)	(4.765)
Receita de Construção	4.964	1.451
Reversão Provisões	48.079	3.593
Outras Receitas.....	3.543	2.225
	<u>33.818</u>	<u>1.402</u>

28 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	2012	2011		
Resultado antes dos Impostos	92.755	43.238		
Juros sobre Capital Próprio.....	(43.800)	(19.000)		
Base de Cálculo	48.955	24.238		
Adições.....	537	1.190		
Exclusões	(23)	(9)		
Lucro Real.....	49.469	25.419		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de Renda e Contribuição Social	12.349	4.452	6.337	2.288
Incentivos Fiscais	(316)	0	(239)	0
Outros.....	(6)	8	920	1522
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal.....	12.027	4.460	7.018	3.810
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
· Prejuízos fiscais	0	(710)	-	(1.427)
· Regime Tributário transitório - RTT	(186)	(67)	4.229	1.523
· IRRF / CSRF	(297)	(29)	(342)	(39)
· Outros.....	(2.042)	(1.206)	(1.526)	(426)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa efetiva	9.503	2.448	9.379	3.440
Alíquota Efetiva	24,41%		52,89%	

29 COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos e operação dos existentes em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Listamos a seguir os principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2012:

Contratado	Valor	Data Assinatura	Prazo em dias
Construtora Norberto Odebrecht SA	22.377,00	13/10/2008	286
Comer Construtora e Incorporadora	17.595,00	10/5/2012	495
Contractor Engenharia Ltda	10.995,00	9/10/2008	105
Andares Construção Civil Ltda	9.934,00	27/2/2012	555
Enorsul Serviços de Saneamento	8.665,00	10/10/2012	648
Delta Construções S/A	8.191,00	29/4/2009	144
Ser Sistemas Energéticos Renováveis	7.677,00	27/11/2012	696
Estudos Técnicos e Projetos Etep Ltda	7.328,00	12/8/2011	33
Sanevix Engenharia Ltda	7.028,00	30/10/2010	303
ABF Engenharia	6.146,00	10.09.2012	618
Solidus Serviços e Construções	5.605,00	16/12/2011	181

30 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN

Neivaldo Bragato Diretor-presidente
Sandra Sily Diretora de Operação Metropolitana
Carlos Fernando Martinelli Diretor de Operação do Interior
Anselmo Tozi Diretor de Meio Ambiente
Antonina Sily Vargas Zardo Diretora de Relações com o Cliente
Edmar José Zorzal Gerente Financeiro e Contábil
Reginaldo José de Castro Contador CRC 11.475 0/ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da
Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN
Vitória - ES

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento S.A - CESAN em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 20 de março de 2013.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Contador CRC RS-042460/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, tendo examinado o Balanço Patrimonial da CESAN, e com base no parecer da Auditoria Externa – KPMG Auditores Independentes, cujo ativo e passivo importam em R\$ 2.114.795.677,05 (Dois bilhões cento e quatorze milhões setecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), as respectivas Demonstrações de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, inclusive as Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 manifestaram-se favoráveis, recomendando neste sentido, a sua aprovação integral pela Assembléia Geral Ordinária.

Vitória, 21 de Março de 2013.

Tyago Ribeiro Hoffmann
Conselheiro

Valesia Perozini Inacio
Conselheira

Edson Luiz Bermudes Ferreira
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2012

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame do Balanço Patrimonial e respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, cujo Ativo/Passivo soma o montante de R\$ 2.114.795.677,05 (Dois bilhões cento e quatorze milhões setecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinco centavos), aprovaram e opinaram pela sua aprovação, com base no Parecer da Auditoria Externa Independente.

Vitória, 26 de Março de 2013

Iranilson Casado Pontes
Presidente do C.A.
Vadir Klug
Conselheiro

Neivaldo Bragato
Conselheiro
José Alves Paiva
Conselheiro

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha
Conselheiro
Adailson Freire da Costa
Conselheiro